

HISTÓRIA DAS MULHERES: SENTIDO HISTÓRICO DE JOVENS EM PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

WOMEN'S HISTORY: HISTORICAL MEANING FOR YOUNG PEOPLE IN THE PROCESS OF SCHOOLING

Silvéria da Aparecida Ferreira¹
Geysy Dongley Germinari²

Resumo

Este trabalho é resultado da tese de Doutorado em Educação, realizada no âmbito do Programa de Pós Graduação da UNICENTRO – PR, defendida em março de 2025. A pesquisa respondeu o problema principal: Que sentidos históricos acerca das mulheres estão presentes nas narrativas de jovens escolarizados? O caminho teórico foi o campo da Educação Histórica. Os objetivos foram apresentar as ideias históricas sobre as mulheres presentes na historiografia e na cultura escolar, além de analisar a construção de sentido histórico nas narrativas de jovens escolarizados. Partimos da concepção de que a historiografia é a versão cognitiva da cultura histórica de seu tempo e espaço, assim é por ela influenciada, mas também infere sobre ela. Deste modo, a cultura historiográfica exerce influência na cultura escolar, tornando-se relevante compreender que ideias históricas permeiam este lócus. Isso porque a cultura escolar contribui na composição e orientação dos sentidos históricos esboçados pelos jovens escolarizados em suas narrativas. A produção de dados aconteceu a partir de questionário estruturado respondido por 103 estudantes da terceira série do Ensino Médio de duas escolas do município de Palmeira-PR, no ano de 2023. Os resultados demonstraram: déficit de sentido histórico, quando os jovens não conseguem relacionar passado e presente, demonstrando ausência de relações temporais; sentido histórico tradicional: proximidade com a narrativa que naturaliza as mulheres apenas no lócus doméstico; sentido histórico crítico: o papel social da mulher é ampliado e a crítica a natureza do modelo patriarcal e de dominação masculina são latentes.

Palavras-chave: Educação histórica; Jovens escolarizados; Cultura histórica. Sentido histórico; história das mulheres.

Abstract

This study is derived from a PhD thesis in Education, conducted within the Graduate Program at UNICENTRO – PR and defended in March 2025. The research addressed the central question: *What historical meanings about women are present in the narratives of schooled youth?* The theoretical framework was grounded in the field of Historical Education. The objectives were to present historical ideas about women

1 Professora da Secretaria Estadual de Educação do Paraná - SEED - Paraná. Doutora em educação pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. <https://orcid.org/0000-0003-4340-3347>; <http://lattes.cnpq.br/6240755611499887>; E-mail: silveriadoutorado@gmail.com

2 Professor e pesquisador da Universidade Estadual do Centro-Oeste/ Estado do Paraná. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná. <https://orcid.org/0000-0002-4797-7113>; <http://lattes.cnpq.br/3411158801771346>; E-mail: geysog@gmail.com

present in historiography and school culture, as well as to analyze the construction of historical meaning in the narratives of schooled youth. We depart from the conception that historiography is the cognitive manifestation of the historical culture of its time and space—thus influenced by it, but also shaping it. As such, historiographical culture exerts influence on school culture, making it relevant to understand which historical ideas permeate this locus. This is because school culture contributes to the composition and orientation of the historical meanings outlined by schooled youth in their narratives. Data were collected through a structured questionnaire answered by 103 third-year high school students from two schools in the municipality of Palmeira-PR in 2023. The results revealed: (1) a *deficit in historical meaning*, where students failed to connect past and present, showing an absence of temporal relations; (2) *traditional historical meaning*, aligning with narratives that naturalize women's confinement to the domestic sphere; and (3) *critical historical meaning*, where women's social role is expanded, and critiques of patriarchal structures and male domination are evident.

Keywords: Historical education; Schooled youth; Historical culture; Historical meaning; Women's history.

Introdução

Este artigo é parte das discussões gestadas na tese de doutorado intitulada “A história das mulheres e a atribuição de sentido histórico por jovens escolarizados”, realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná – UNICENTRO. Na qual, 103 estudantes colaboraram respondendo um questionário estruturado. Assim, este trabalho tem por objetivo problematizar os sentidos históricos presentes na cultura histórica sobre as mulheres.

A partir do arcabouço teórico da Educação Histórica e da Didática da História refletimos sobre a cultura histórica em relação as mulheres, assim problematizamos a cultura historiográfica, escolar e juvenil, nas quais os(as) jovens participantes da pesquisa estão inseridos.

A temática do gênero, atualmente, tem aparecido com frequência nos mais diversos espaços sociais, na historiografia já é um campo consolidado. Contudo, nem sempre foi assim. Neste artigo focamos em um recorte específico das questões de gênero: a história das mulheres.

A invisibilização, silenciamento e marginalização social das mulheres foi construída historicamente. Entretanto, este cenário é questionado em maioria pela ação feminina nos espaços de poder, como na política e na ciência, já que ainda estamos distantes de uma realidade reparadora e equitativa.

Para compreender o presente é necessário problematizar o passado. Neste escopo, a historiografia também teve seu papel na

exclusão e silenciamento das mulheres na História. Lucien Febvre, historiador francês, afirmou que a História é filha do seu tempo, e de fato é. Assim, a escrita da História produzida por anos, projetou a cultura histórica de seu tempo, favorecendo o avanço dos homens como protagonistas e rechaçando às mulheres um lócus de marginalização.

A cultura histórica significa o conjunto integrado de interpretação, percepção, orientação e o estabelecimento de metas que as pessoas realizam ao lidar com o tempo, relacionando passado, presente e futuro. De modo que, discursos, ideias e práticas foram sendo adotadas e conservadas pela memória pública, assim, aquilo que a sociedade, ao interpretar o tempo, atribuiu caráter de relevância é capaz de orientar a vida prática das pessoas, com maior ou menor grau de reflexão, a isto podemos chamar de cultura histórica (Rüsen, 2022).

Os seres humanos, por necessidade vital, nascem e vivem em agrupamentos, por isso a cultura histórica vigente tem um peso em suas vidas. Assim, tudo que foi construído, naturalizado, colocado como regra, símbolo, normativa, ou costume, foi realizado mediante uma conjuntura e passa a imperar sobre a nossa vida desde cedo.

Na concepção rüseniana (2015; 2022) a cultura histórica está para a sociedade como a consciência histórica está para o(a) indivíduo. De modo que, a primeira é a consciência coletiva sobre a experiência do tempo, já a segunda é a compreensão de cada indivíduo sobre si, o tempo histórico e o mundo que o envolve. Em uma relação recíproca, a cultura histórica é essencial na formação da consciência histórica, mas a consciência histórica, ao reinterpretar ou criticar essas bases, também redefine a própria cultura histórica.

As ideias que circulam na sociedade influenciam as compreensões individuais sobre o passado, o presente e o futuro. Logo, a cultura histórica demonstra como um povo lida com o seu passado, entende o seu presente e projeta o seu futuro, sendo esboçada de forma prática nas produções desta coletividade (livros, monumentos, filmes, ritos, etc). A historiografia, os livros didáticos, os documentos e narrativas de pessoas, são produções que demonstram a cultura histórica de um dado tempo, cujo as ideias podem influenciar ações e práticas sociais.

De modo que, neste artigo apresentamos elementos da cultura histórica que reverberam sobre a temática da história das mulheres. Iniciamos com elementos da cultura historiográfica, seguimos com a análise da cultura escolar e finalizamos com as ideias históricas que esboçam os sentidos históricos de jovens escolarizados sobre o tema.

Cultura Historiográfica sobre as Mulheres

A palavra historiografia tem origem do grego, na combinação de duas palavras história (ἱστορία) + gráphein (γράφειν). Portanto, etimologicamente, historiografia significa 'escrita da história' ou 'registro da investigação histórica'. Assim, a História enquanto ciência acadêmica é produto de uma construção social, escrita por seres humanos imersos a uma cultura histórica, por isso não é imóvel e definitiva, pelo contrário é fluída e provisória.

De modo que, seu constructo está marcado pelo tempo, espaço e pela cultura “desde o lugar epistemológico que a define, passando pelas teorias que a conformam, até os modos de recolha e seleção dos dados empíricos que a sustentam” (Pinto; Alvarez, 2014, p. 09). Isto quer dizer que a historiografia é marcada por um conjunto de historicidade na qual se conecta e se movimenta no ato de adaptar-se e readaptar-se ao seu contexto.

Durante o século XIX intelectuais buscavam pelo estatuto de ciência autônoma, assim a História passou a ser considerada, especialmente por teóricos positivistas, o estudo dos 'homens' do passado, sob o jugo de um homem universal, suposto representante das mulheres e da diversidade dos homens. Este mito do homem universal foi duramente questionado por estudiosos de outras correntes na época, como os marxistas e socialistas utópicos.

Contudo, no século XX uma nova corrente epistemológica transformou rigidamente o saber e o fazer História. Resultado de uma crise paradigmática, a escola dos Annales inaugurou uma nova forma de pensar a escrita da história, na qual gestou críticas contundentes ao mito do homem universal e a forma como a História vinha sendo escrita.

Marc Bloch, um dos fundadores da escola dos Annales, anunciava que a ciência da História tem o compromisso de problematizar e estudar os seres humanos no tempo, para além disso afirmava: “toda ciência, tomada isoladamente, não significa senão um fragmento do universal rumo ao conhecimento” (Bloch, 2001, p. 50), deixando claro a necessidade de a História socializar com outras áreas, sem esquecer sua especificidade.

Os intelectuais da corrente positivista, eminente no século XIX, estavam preocupados em encontrar a verdade absoluta, objetiva e neutra. Para isso, acreditavam na objetividade do conhecimento produzido, repousando seus estudos em fontes oficiais, administrativas, diplomáticas e militares, deixando de lado outros vestígios dos seres humanos (Soihet; Pedro, 2007). À vista disso, a história das mulheres e de outros grupos

marginalizados foi negligenciada, como retratou Michele Perrot no livro *os excluídos da História* (1988).

Na acepção de Soihet e Pedro (2007) no campo das ciências humanas, em especial da História, o silenciamento de categorias como “mulheres” e “gênero” esteve mascarado pelo caráter universal atribuído ao “homem”, sujeito da história nas análises. A realidade é que as mulheres não eram representadas por esse dito “homem” no sentido universal e nem mesmo todos homens, já que o foco estava nos homens, brancos e europeus.

No que compete as ideias históricas comuns no positivismo o papel das mulheres na ordem social estava muito próximo do discurso moralizante da igreja Católica, embora a instituição religiosa fosse rechaçada pela ciência positiva havia um ponto de concordância em relação ao papel feminino: ficava relegado às mulheres apenas o espaço privado - doméstico; o cuidado com a prole e do marido; e a conservação da moral (ideais de pureza, decência, castidade - modelo de conduta), o papel de protetor, provedor e ordeiro era do homem (Ismério, 2007).

Esses princípios ideológicos perpetuados na sociedade refletiram e estiveram presentes na historiografia, os positivistas os reafirmaram em “palestras e artigos, justificavam a limitação do espaço feminino, afirmando que o lar era o santuário da mulher onde ela exercia seus deveres e orientava seus entes queridos” (Ismério, 2007, p. 6), assim havia dentro da ciência um reforço do discurso historicamente construído de que o espaço público, com destaque para o político, seria campo de atuação, “obrigação” e domínio masculino.

O século XX demarca uma mudança drástica nas ciências, na cultura e na organização social. Isso deve-se aos acontecimentos que movimentam o mundo inteiro, como as duas grandes guerras mundiais, o crescimento do capitalismo financeiro e a globalização. Para Octavio Ianni (1994) nesse período, de modo geral, o pensamento científico foi provocado a elaborar novas formas de compreender a realidade, haja vista que as interpretações que existiam não eram mais suficientes.

Com esse novo olhar lançado, as mulheres começam a entrar no campo historiográfico, como sujeitas e historiadoras, como fontes e objetos. Assim, teve grande relevância a escola dos *Annales* da França que contou com três fases. Sendo na terceira geração dos *Annales*, a partir de 1968, conhecida como Nova história cultural, que foi alçada às mulheres a condição de objeto e sujeito da história (Soihet, 2011).

Com a condução desta virada historiográfica, a tradição da escrita da história foi colocada em xeque, insurgindo o sentimento de que os

estudos políticos e econômicos não bastavam para interpretar a história. Deste modo, os estudos e análises históricas, dentro da perspectiva da Nova história cultural, abrangeram mais grupos de sujeitos, passando a considerar que todos os seres humanos(as) possuem história. Desta maneira “o que era previamente imutável é agora encarado como uma ‘construção cultural’, sujeita a variações, tanto no tempo como no espaço” (Burke, 2011 p. 11). Neste intento, a discussão sobre o feminino e as questões de gênero foram formuladas no debate historiográfico.

Para construir esse novo olhar multifacetado a Nova História focou suas lentes em outros protagonistas, não mais apenas em grandes homens, heróis políticos, mártires ou grandes militares, mas em pessoas de diferentes grupos sociais, gênero, etnias, coletividades que não foram privilegiadas pela história tradicional (Burke, 2011).

Neste mesmo sentido, é fundamental reconhecer que simultaneamente às transformações ocorridas na ciência da História, outros acontecimentos marcaram esta trajetória. Exemplos significativos foram os movimentos feministas que com suas atuações foram ganhando força, o que colaborou para que os estudos sobre as mulheres multiplicassem e se mostrassem resistência dentro de estruturas de dominação masculina. Ademais, foi amplificada a consciência de que “não há um poder, o poder é criado” (Silva, 2008). Deste modo, se tudo é historicamente construído, as relações, as regras, os papéis sociais estabelecidos também o são.

Portanto, os movimentos feministas e a mudança de paradigmas na ciência, somados à entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho e na vida acadêmica, impulsionaram a quebra do silêncio sobre a história das mulheres. Por isso, os discursos sobre o passado foram gradativamente se alterando, já que “[...] a História não narra o passado, mas constrói um discurso sobre este, trazendo tanto o olhar quanto a própria subjetividade daquele que recorta e narra, à sua maneira, a matéria da história” (Rago, 1995, p.81).

Logo, toda historiografia contemporânea possui a obrigação de encarar o gênero enquanto categoria de análise (Scott, 2011), haja vista que o olhar sobre o todo se torna mais coerente. É dever de todos repudiar a enunciação de mulheres vistas como inferiores, invisíveis e silenciadas, ou ainda de dominadoras e superiores, bem como de rechaçarmos a noção de homem positivista. Já que hoje, possuímos subsídios teóricos na historiografia, que nos dão arcabouço para tal. Por isso, é necessário evidenciar que a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática perpassa pela valorização, problematização e disseminação

da história das mulheres, que considera as intersecções de raça, gênero, classe e etarismo.

Neste sentido, “[...] é necessário avançar de encontro a uma atitude que, mais do que mera denunciadora, possibilite a real transformação no estatuto da vida das mulheres [...]” (Silva, 2008, p. 229). Para isso, é imprescindível que a educação seja uma das mestras em desnaturalizar as desigualdades sociais, formando jovens que compreendam e superem a natureza histórica da dicotomia entre homens e mulheres, bem como da formação de suas masculinidades e feminilidades.

À vista disso, o ensino de História possui importância singular. Já que o contato de jovens escolarizados com a ciência da História, ou seja, com a historiografia se dá a partir dele. Contudo, as instituições de ensino básicas possuem forma de organização, diretrizes e comportamentos sociais próprios deste ambiente, chamada de cultura escolar, que serão abordados no próximo tópico.

Cultura Escolar e a Temática das Mulheres

O conceito de cultura escolar se fortaleceu nos anos 1990, tendo as tensões sobre esse tema crescido conjuntamente. Nesta investigação corroboramos com Dominique Julia quando estabelece o conceito de cultura escolar como:

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos (Julia, 2001, p. 9).

A noção delineada por Julia (2001) revela que a cultura escolar pode ser percebida nas regras, preceitos e diretrizes, já que essas consolidam o que se quer transmitir e perpetuar em uma sociedade. O autor considera, também, as práticas cotidianas reguladas e não reguladas pelo sistema de ensino. Com isso quer dizer que as ações, pensamentos e práticas efetuadas na escola estão amparadas pelas concepções culturais, resguardadas pela sociedade em que a instituição escolar está incorporada.

De tal modo, a cultura escolar está intimamente ligada à cultura histórica de seu contexto, o que justificaria suas alterações, mesmo que lentas, com o passar dos anos e do espaço. Isto porque é a partir do que a sociedade compreende como correto e digno que as práticas na escola mudam ou se perpetuam.

A instituição escolar está compenetrada na cultura histórica de seu tempo. Para Jean-Claude Forquin (1993, p.14) “[...] a cultura é o conteúdo substancial da educação [...]”, o sociólogo ainda explica “[...] a educação não é nada fora da cultura e sem ela [...]”. Deste modo, existe uma relação mútua entre cultura e educação, na medida em que a cultura é transmitida e perpetuada pela educação. Assim, as duas são faces de uma mesma realidade, quando se reflete sobre uma, imediatamente a outra precisa ser considerada (Forquin, 1993).

Assim, a escola é uma instituição singular no processo de socialização das novas gerações. Nela se transmite, preserva e transforma a cultura (Forquin, 1992). Por isso, a escola é um espaço que os jovens adquirem valores, normas, condutas que influenciam suas tomadas de decisões pela vida. Assim:

[...] A escola não é apenas, com efeito, um local onde circulam fluxos humanos, onde se investem e se gerem riquezas materiais, onde se travam interações sociais e relações de poder, ela é também um local - o local por excelência nas sociedades modernas - de gestão e transmissão de saberes e símbolos (Forquin, 1992, p. 28).

De tal modo, a instituição escolar tem a função de transmitir às novas gerações a herança cultural do passado. Sem negar que ao realizar esse processo acontecem reinterpretações, com perdas e realces, e seleção de conhecimentos e símbolos daquilo que se pretende preservar. Por isso, Forquin (1992) nos coloca que o currículo escolar, como forma de estrutura e programa institucional, passa por uma seleção de conteúdos e conhecimentos. Assim, para este pensador francês, o ensino é resultado de uma “[...] seleção no interior da cultura [...]” (Forquin, 1992, p. 29).

Neste sentido, os programas escolares também fazem uma seleção de conteúdos, nos quais transmitem apenas uma parte, um recorte do todo. De modo que é disseminado apenas “[...] uma ínfima parte da experiência humana acumulada ao longo do tempo [...]” (Forquin, 1992, p. 29). A triagem do que ensinar é sempre feita com base naquilo que se acredita, dentro da cultura histórica, ser passível de destaque. Enquanto aquilo que é visto como irrelevante, comum e banal é dispensado.

A cultura historiográfica adentra a escola por meio do currículo e dos manuais que orientam, normatizam e organizam as disciplinas. Entretanto, esses saberes não são apenas replicados na escola, há uma tensão entre as práticas escolares, as normativas e a historiografia.

É comum na cultura escolar encontrarmos documentos que regulamentam os conhecimentos selecionados para serem perpetuados em uma sociedade. Como produto deste regimento temos os livros didáticos, que devem levar em consideração as normativas, os conhecimentos intelectuais de sua área e demais demandas, todas as editoras condicionam seus livros a uma seleção, depois a venda e distribuição para as instituições escolares. Neste escopo, os documentos que norteiam a educação são essenciais para a compreensão do que se quer ensinar, dos conhecimentos e valores que se quer inculcar.

Logo, no Ensino Médio do Paraná, as normativas nacionais seguidas são a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Brasil, 1996) e o documento de maior expressão atualmente na Educação básica, a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio - BNCCNEM (Brasil, 2018), tornou-se a principal orientadora do Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná (2021).

Em relação ao ensino de História sobre as mulheres a BNCCNEM (2018) prega a defesa de um currículo neutro e não-ideológico assim cita, de modo raso, a importância de incluir temáticas, nas diversas áreas do conhecimento, que promovam a equidade, o combate a preconceitos e o reconhecimento da diversidade. Neste sentido, Tomaz Tadeu Silva (1999) nos lembra que o currículo pode produzir, refletir ou reproduzir aquilo que a sociedade mais ampla projeta, ou seja, demonstra o pensamento comum na cultura histórica da sociedade em questão.

Deste modo, Giovannetti e Sales (2020b) ressaltam a colaboração do movimento reacionário que voltou a crescer no Brasil, especialmente a partir de 2016 com o golpe que retirou Dilma Rousseff da presidência da República. O contexto de aprovação da BNCCNEM e de outras diretrizes que a legitimam foi conturbado, sendo que “as mudanças curriculares em curso acirram os silenciamentos das mulheres na História e no currículo escolar” (Giovannetti; Sales, 2020, p. 251).

Nesta perspectiva, a falta da história das mulheres no currículo oficial é compreendida como uma resposta às disputas e tensões dentro do campo educacional, na qual tem-se sobreposto pautas reacionárias, de políticos e grupos de extrema direita do Brasil. Giovannetti e Sales (2020) ressaltam a atuação do Movimento Escola sem Partido, que tem como pressuposto que o ensino que trabalha e problematiza a diferença promove o que nomearam como “ideologia de gênero”.

Ferreira (2018, p. 84) afirma que o currículo é produto “do processo histórico contínuo, ou seja, resulta de um contexto, de um dado tempo histórico e, por isso, torna-se de extrema importância que o entendamos

inserido na sua totalidade”, assim é necessário observar para além do que está prescrito.

Nesta espreita, o discurso elaborado na BNCCEM corrobora com o memoricídio das mulheres (Duarte, 2019. Gionannetti; Sales, 2020). Assim, há o domínio simbólico da história única, universalizante, pautada em discursos masculinos, ancorados em preceitos positivistas e misóginos (Lerner, 2019). De modo que, a ausência do tema no documento demonstra um silenciamento programado, alçando sobre as mulheres uma condição de pessoas sem passado, logo a conclusão é a de que não possuem história. Ignorar a história de mais da metade da população mundial é ser conveniente com as violências de ‘ontem’ e de ‘hoje’.

Não obstante, o livro didático analisado na pesquisa reproduz a mesma carência de debate. Trata-se do livro “História, Sociedade & Cidadania” de Alfredo Boulos Júnior (V.3, 2ª ed. 288 p., 2016), utilizado pelos jovens matriculados nas quatro turmas de terceira série do Ensino Médio que participaram da pesquisa, no ano de 2023. Um dos possíveis exemplos é a imagem abaixo:

Imagem 1: Lampião e Maria Bonita.



Fonte: JÚNIOR, Alfredo Boulos. História, Sociedade & Cidadania. São Paulo: Editora FTD, 2º Ed. Vol.3, 2016, p. 65.

Nesta imagem Maria Bonita é colocada em posição de companheira de Lampião, coadjuvante do processo de revolta. Não há nenhuma explicação sobre ela ou qualquer aprofundamento. A

imagem da fotografia sugere uma mulher cuidadora, carinhosa, vaidosa. Estereótipo que se espera para uma mulher da época, contudo, Maria Bonita atuou como cangaceira e a única coisa que aparece no texto ao lado da imagem é que ela integrou o bando de Lampião – O rei do Cangaço, novamente a figura masculina entra em destaque mesmo quando o boxe é sobre uma mulher.

Ainda referente a imagem 1, no texto central em destaque, é citado três grandes líderes homens da Revolução, no cantinho direito, como dica é colocado o nome de Anésia Cauaçu que se destacou como líder cangaceira em uma região da Bahia. Contudo, Anésia recebe um cantinho, destinado a uma sugestão, enquanto Lampião ocupa simbolicamente a maior parte da página, imponente em pé e hegemônico na lauda. Além disso, Antônio Silvino e Sinhô Pereira ganharam espaço no texto central, enquanto Anésia foi colocada como adendo.

O livro apresenta imagens de mulheres sempre nos boxes, ou anexos dos capítulos. Como adendo as mulheres aparecem para cumprir uma normativa, mas sem expressão, sem protagonismo, sempre relacionadas ao “outro”. Maria Bonita, presente na imagem 1, existe na história porque Lampião existiu, outros exemplos são possíveis como o trabalho feminino nas fábricas aconteceu porque os homens estavam na guerra, a vida segue com os homens produzindo e as mulheres reproduzindo.

É perceptível a manutenção do silenciamento e a marginalização prostrada as líderes mulheres, simbolizado no espaço destinado a elas na página. Marginalização das mulheres e naturalização deste tipo de narrativa histórica, em que a figura do homem aparece centralizada nas discussões sob uma pretensa neutralidade (Lopes, 2018).

O ensino de História possui a capacidade de desenvolver aprendizagem histórica que gere sentido e orientação com base na experiência histórica. Logo, conhecer e reconhecer a história das mulheres é essencial para a emancipação e a superação do patriarcado. É inadmissível que a historiografia e a ciência como um todo tenham avançado tanto na história das mulheres e a cultura escolar continue negligenciado.

Como visto, o visível da cultura escolar perpetua uma história única, amparada pela justificativa de um currículo neutro, que cumpre as leis, mas que rechaça as mulheres um espaço de marginalização, inclusive no livro didático. No próximo tópico esboçamos algumas ideias presentes nas narrativas de jovens escolarizados, ou seja, naquilo que não está prescrito e é fluido, mutável e passível de outras influências.

História das Mulheres pelas Lentes da Cultura Juvenil

Este artigo consiste em um recorte de uma pesquisa maior, na qual 103 jovens escolarizados participaram. No momento da coleta de dados, no ano de 2023, esses jovens cursavam a terceira série do Ensino Médio de dois colégios do campo no município de Palmeira, no Paraná.

A coleta de dados aconteceu por meio de um questionário estruturado com dez questões norteadoras, divididas em três eixos: o primeiro versou sobre a origem das informações e conhecimentos dos(as) jovens; o segundo inquiriu sobre a relação passado e presente e o terceiro provocou os(as) alunos(as) a demonstrarem suas ideias sobre as mulheres na história, com o objetivo de captar os sentidos históricos dos(as) jovens escolarizados.

Os questionários foram respondidos sem a identificação dos(das) jovens. Por isso, foram enumerados de 1 a 103. Também não houve identificação da instituição escolar a qual o (a) aluno(a) pertence, já que não tínhamos objetivo de comparar uma com a outra. Também não houve a discriminação entre os aspectos biológicos dos(as) participantes, ou seja, não nos importou se a resposta era de um menino ou de uma menina.

Nesse sentido, a cultura juvenil modifica-se constantemente, talvez um dos aspectos mais notáveis em práticas da população jovem atual seja o uso da tecnologia de maneira mais disseminada. Dentro do cenário da pesquisa, para se ter ideia, a partir das respostas do primeiro núcleo de questões do questionário, o meio de comunicação que mais informa os(as) jovens participantes são as redes sociais, com a maioria hegemônica de respostas, sendo citada por 96% dos(as) jovens. A segunda fonte foi a televisão, bem abaixo, com 2,5% das respostas.

Deste modo, é perceptível que as informações chegam, na maioria das vezes, a esses(as) jovens por vias ampliadas, para além das vistas como mais comuns há alguns anos atrás, como a televisão e o jornal.

Entretanto, quando perguntados sobre o lugar onde mais aprenderam sobre a história das mulheres, as respostas se expandiram, sendo primeiro a escola, depois internet e, em terceiro, as redes sociais. Já a disciplina escolar na qual o tema foi estudado citaram em primeiro lugar a História, posteriormente Sociologia, Arte, Filosofia, Geografia, Química, Física e Ensino Religioso.

Assim sendo, 45,6% dos(as) participantes alegaram que já estudaram sobre a história das mulheres, outros 47,5% estudaram poucas vezes, já 5,8% nunca estudaram e 0,9% não responderam. Esses dados nos remetem a pensar que uma quantidade significativa de alunos(as) teve contato com

a temática, mesmo que poucas vezes. Contudo, a outra parte (6,7%) não apresenta conhecimento sobre. Por se tratar de estudantes do mesmo contexto, as respostas negativas demonstram que o conteúdo estudado não teve sentido para estes(as) jovens.

Sentido, de acordo com Rüsen (2015), consiste na soma entre o conhecimento e o pensamento histórico. Assim, a produção de sentido histórico depende da interpretação da experiência do tempo, neste caso entendida como o que passou, o que se passa e o que está por vir. De maneira que, para os(as) participantes que não construíram essa estrutura de pensamento, não há construção de sentido histórico sobre o tema em questão.

Neste escopo, quando os(as) discentes foram indagados sobre o segundo eixo, ou seja, aquele que estabelece relação passado e presente, a questão que se colocou foi: “3. O ensino de História escolar te ajuda a entender os acontecimentos do presente?”, 70% dos(as) participantes responderam que sim, já 20% acreditam que não e 10% defendem que o ensino de História raramente auxilia no entendimento do presente. Embora não represente a maioria das respostas, a quantidade de jovens que afirmaram não perceber relação entre o ensino de História e os acontecimentos do presente é expressiva.

Os dados acima têm efeito na narrativa do(as) jovens escolarizados, haja vista que a narrativa histórica é o processo mental que gera a consciência histórica, ao entrelaçar acontecimentos históricos, formando perspectivas dotadas de sentido (Rüsen, 2015). Se não há interpretação da experiência histórica os sentidos atribuídos não são históricos, são limitados ao conhecimento contingencial do(a) sujeito(a).

Uma parte significativa dos participantes identificam o ensino de História como o estudo do passado, sem vínculo com o presente. Neste tocante, é notável a descrença da função prática do ensino de História para a vida, na qual se cristaliza uma visão de história tradicional, onde o estudo do passado sobressai ao do tempo histórico.

A vista disso, Ramos e Alves (2016) defendem a necessidade de um ensino de História escolar que promova a consciência histórica dos estudantes, ou seja, que os ajude a pensar historicamente, interpretar o passado, compreender o presente e que tais relações (entre passado e presente), possibilitem pensar ações para a vida prática e para o futuro.

Os(as) jovens foram convidados a responder a seguinte questão: 7. Você lembra de já ter estudado sobre acontecimentos em que as mulheres estiveram presentes? Quais acontecimentos? Os temas mais citados foram conquistas de direitos políticos e trabalhistas; participação em conflitos e

participação feminina na ciência, nas artes e na literatura. Contudo,

Na verdade, muito pouco, é como se fosse algo sem importância alguma pois em toda a minha vida eu só lembro de ter visto 2 ou 3 casos históricos é como se fosse algo invisível (Questionário 12, resposta à questão 7, 2023).

A invisibilidade e o silenciamento da história das mulheres foram evidenciados na historiografia, em especial pela denúncia da terceira geração dos Annalles, com a Nova História cultural, que teceu críticas à forma como a história das mulheres foi inviabilizada de ser notada durante tanto tempo. Tal impasse faz parte de um emaranhado que contou com o discurso que ressoou na cultura histórica de outras épocas e ainda permanece em nossa sociedade. Permanência notada pelos(as) jovens escolarizados(as).

As questões abertas, do terceiro eixo do questionário, possibilitaram compreender alguns aspectos da cultura escolar que estão imersos nas ideias históricas dos(as) jovens estudantes.

Neste sentido, a pergunta 8 do questionário buscou problematizar a noção de passado e presente a partir da questão: "Você acredita que saber sobre a história de mulheres de outros tempos pode te ajudar a compreender experiências femininas de hoje? Justifique:". Muitas respostas assinalaram positivamente, tomado a história como exemplar e inspiradora para o presente. É constante nas respostas a ideia de continuidade histórica, na qual os(as) jovens relatam sobre a opressão, assédio, violência, machismo e desigualdade de gênero ainda presentes na nossa sociedade.

Já a questão número 9 levou os(as) estudantes a relatarem conceitos substantivos da história, ou seja, conteúdos da história nos quais sugeriram possibilidades de aulas com dúvidas e possibilidades para as aulas de história. As respostas apontaram para grandes nomes, mulheres famosas e o instinto de mãe, no qual nota-se um desaparecimento da noção de grupo social de mulheres, enquanto é permanente a ideia de heroínas, grandes personagens históricas, como o positivismo fazia só que com a figura masculina, rica e poderosa.

A questão número 10 foi imaginativa, nesta os(as) alunos(as) poderiam falar sobre o assunto usando da imaginação histórica, na qual uma situação foi criada para que eles continuassem, da seguinte forma: "Imagine a seguinte situação e depois continue a história. "Em um período de crise os homens vão à guerra, lutam e buscam a vitória. Alguns não voltam para a casa, outros regressam com problemas psicológicos e físicos. Mas, a maior satisfação é defender seu país, sua família e sua honra frente a um inimigo. Já as mulheres..."

Nesta questão obtivemos contradição nas respostas. Enquanto alguns(as) apontaram para a versão clássica de submissão feminina e de que o lugar social masculino foi tomado pela necessidade de substituição em período de guerra e apenas por isso as mulheres adentram esse campo, o outro lado, foi para o discurso de que as mulheres poderiam ir para a guerra ou fazerem o que elas quisessem. Inclusive em uma resposta a própria questão foi questionada:

Acho uma ideia completamente errada, o termo “já as mulheres” já dá uma definição errada do que será dito, acho que o termo correto deveria ser “e as mulheres” as mulheres conquistaram o direito de servir o país no serviço militar mesmo não sendo obrigatório. Os treinamentos são iguais, então acho que as mulheres poderiam sim ir à guerra para auxiliar demais soldados. Digo isso porque vou para a academia militar esse ano se tudo der certo (Sem identificação – questionário 101, 2023).

A crítica gerada pela aluna nos mostra que os(as) estudantes não são seres passivos diante do que lhes é posto, a reflexão realizada pela aluna está muito bem formulada, de fato, mesmo sem intenção a questão colocada pode provocar a ideia de contradição e induzir a resposta.

Na tese as respostas foram categorizadas em três formas de sentido histórico. As categorias foram realizadas a partir da teoria fundamentada nos dados – A Grounded Theory, assim três principais formas de respostas foram subtraídas do questionário: 1. ideias com ausência de sentido histórico: consistem naquelas em que os estudantes não conseguiram estabelecer relações entre o passado e presente, também não percebem continuidades históricas, desenvolvendo uma narrativa com déficit de significados históricos. 2. Ideias de sentido histórico tradicional: são aquelas em que os jovens estabelecem relação e tomam o passado como tradicional, no qual o lócus feminino é apenas o do espaço doméstico e aparecem subjugadas aos homens. 3. Ideias de sentido histórico crítico: nesta categoria os jovens escolarizados criticam as estruturas tradicionais e realizam relações temporais demonstrando conhecimento ampliado sobre o tema.

Considerações Finais

A cultura histórica é a forma coletiva de uma determinada população representar a experiência do tempo que concretiza-se seu mundo presente e o que poderá vir a ser seu futuro. Dentro dela há várias formas de expressar o que o grupo acredita e defende. Assim, a historiografia, a escola, e os(as) jovens possuem maneiras de pensar e agir em relação a história

das mulheres matizadas na cultura histórica de seu contexto.

A historiografia é a escrita da história, a forma como o passado e o presente são registrados e interpretados por historiadores(as) de cada época. Sendo assim, passa por seleções de fontes, abordagens e conteúdos. De modo que a cultura historiográfica, durante muito tempo, silenciou, ignorou e ausentou as mulheres da memória coletiva do seu grupo. As mulheres estavam ali efetivamente, metade da população mundial não podia estar ausente das mudanças sociais, entretanto suas histórias foram negligenciadas devido a cultura histórica ser patriarcal e convencer homens e mulheres de que essa maneira era correta.

Esta realidade sempre foi questionada, todavia apenas na segunda parte do século XX a escrita sobre as mulheres ganhou força. Emergiu, portanto, um conjunto de novas histórias que leva em consideração as diferenças biológicas, mas que tomam como relevante que “[...] os valores e as implicações baseados nessa diferença resultam da cultura” (Lerner, 2019, p. 30).

Atualmente, a historiografia sobre a história das mulheres é vasta, contudo não chega na cultura escolar da mesma forma. Ainda é notável o silenciamento nos documentos norteadores, especialmente no principal orientador nacional da educação básica a BNCCNEM (2018). O livro didático analisado, componente básico das aulas de história, também é ausente em discussões sobre as mulheres na história, das poucas relações que apresenta a história das mulheres elas aparecem em relação aos homens em boxes ou apêndices.

Os(as) jovens escolarizados(as) participantes da pesquisa atestaram que a História é a principal disciplina escolar a tratar da temática das mulheres, mesmo assim afirmaram perceber o silenciamento e a invisibilidade de temas sobre este grupo social, além disso denunciam a emergência de modificar discursos historicamente construídos que inferiorizam as mulheres e contruir novos, nos quais as mulheres sejam vistas, respeitadas e valorizadas ocupando os mais diversos espaços sociais.

De modo que, a função do ensino de História para a práxis é importante para os(as) jovens escolarizados na medida que pode ajudar a construir sentidos históricos coerentes e críticos, que sejam capazes de superar a história de dominação masculina, violência e patriarcado. Isso porque, a cultura juvenil é fluída e mutável, somada ao maior conhecimento da história das mulheres pode alterar a concepções de orientação dos(as) jovens e promover uma transformação social com maior equidade e respeito ao lugar social das mulheres.

Referências

- BLOCH, Marc. Apologia da História, ou, O ofício do historiador. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio. Brasília, 2018.
- BURKE, Peter (org). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- FERREIRA, Silvéria da Aparecida. Formação inicial de licenciados em História e a Didática da História: análise dos Projetos Pedagógicos Curriculares das Universidades Estaduais do Paraná. Dissertação de Mestrado em Educação, UNICENTRO, Irati, 2018.
- FORQUIN, Jean-Claude. Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes médicas, 1993.
- FORQUIN, Jean-Claude. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. Teoria e Educação, Porto Alegre, n. 5, p. 28-49, 1992.
- GIOVANNETTI, Carolina. Documentos curriculares em contexto de avanço reacionário: os silêncios das histórias das mulheres e as relações de gênero no Ensino Médio brasileiro. 207 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2020.
- GIOVANNETTI, Carolina; SALES, Shirlei Rezende. Histórias das mulheres na BNCC do Ensino Médio: o silêncio que persiste. Revista Eletrônica História Em Reflexão, v. 14, n. 27, p. 251-277, 2020b.
- IANNI, Octavio. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. Estudos avançados, v. 8, p. 147-163, 1994.
- ISMÉRIO, Clarisse. As representações do feminino na educação rio-grandense segundo o discurso positivista (1889-1930). Revista Eletrônica História em Reflexão, 2007.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Revista brasileira de história da educação, 2001, 1.1: 9-43.
- LERNER, Gerda. A criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LOPES, Gisele Garcia. A representação de mulheres nos livros didáticos de História (Programa Nacional do Livro Didático: 2017-2019). 2018. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio. Curitiba: SEED, 2021.
- PINTO, Teresa; ALVAREZ, Teresa. Introdução: história, história das mulheres, história de gênero: produção e transmissão do conhecimento histórico. Ex æquo: Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, p. 9-21, 2014.
- RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). Cultura Histórica em Debate. São Paulo: UNESP, 1995.
- RAMOS, Márcia Elisa Teté; ALVES, Ronaldo Cardoso. Representações de História em jovens da Escola Básica e da Universidade: um estudo sobre pensamento histórico e identidade. Antíteses, v. 9, n. 18, p. 118-152, 2016.
- RÜSEN, Jörn. Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas. Curitiba: WA editores, p. 172-3, 2012.
- RÜSEN, Jörn. Cultura Histórica, Formação e Identidade: sobre os fundamentos da Didática da História. WAS edições, Curitiba - PR, 2022.
- RÜSEN, Jörn. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. Práxis Educativa, Ponta Grossa, PR. v. 1, n. 2, p. 07-16, jul.-dez. 2006.
- RÜSEN, Jörn. Razão Histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora: Universidade de Brasília, 2001.

RÜSEN, Jörn. Teoria da História: uma teoria da história como ciência. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, v. 20, jul-dez. 1995.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. Política-História e Sociedade, v. 8, n. 1, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. Revista Brasileira de História, v. 27, p. 281-300, 2007.

Submetido em janeiro de 2025

Aceito em março de 2025

Publicado em abril de 2025

